A Antropologia no Brasil. Depoimento sem compromissos de um militante em recesso

LUIZ DE CASTRO FARIA

Não tenho nenhuma simpatia pelo memorialismo. A matéria privilegiada desse gênero — uma espécie de *curriculum vitae*, discursivo e comentado — é bastante pobre no meu caso. Além disso, falar na primeira pessoa foi sempre para mim uma quase violência. Falarei apenas o mínimo, apenas para situar-me, quando indispensável.

O depoimento, no entanto, permite que a pessoa que fala se transfigure em testemunha. *Depõe* sobre acontecimentos, oferece registros.

Esclareço, desde o início, que verdadeiramente tudo o que for mencionado aqui poderá ser comprovado, pois não se trata de nenhum esforço ou exercício de memória. São dados de arquivo, livros e publicações da minha biblioteca que servem de apoio, uns poucos fatos, talvez nem sempre relevantes, mas todos diretamente ligados aos acontecimentos e que, na minha forma de percepção, merecem ser comentados. Lembro ainda que para *depor* não é indispensável que se tenha tido uma participação ostensiva; basta que se tenha presenciado e se possa oferecer uma versão do acontecido.

O Museu Nacional é, realmente, uma instituição singular. Com 164 anos de existência, mais velho que todas as universidades do país, mais velho mesmo que muitas das antigas escolas e faculdades isoladas, mantem desde 1876 intercâmbio científico com instituições científicas de todo o mundo, por intermédio de publicações próprias, num sistema equilibrado de trocas, que se chama permuta.

Isto significa que o Museu Nacional teve, necessariamente, de criar e desenvolver um sistema de reprodução dos seus quadros de pesquisadores. Foi o que fez desde que elaborou o seu primeiro Regulamento, que é de 1842. Dizia um dos seus

artigos que os diretores das seções técnicas poderiam apresentar ao Museu um ou mais indivíduos para aí terem exercício na qualidade de praticantes, os quais, depois das provas convenientes, poderiam ser admitidos na condição de supranumerários, um em cada seção. Dentre estes, acrescenta o Regulamento, seriam tirados os adjuntos. Foi este sistema que funcionou até que surgissem instituições universitárias capazes de proporcionar formação básica em antropologia, botânica, geologia e zoologia e isto, como todos sabem, demorou muito. E os cursos de graduação nessas áreas continuam a ser reconhecidamente deficientes para formar profissionais competentes. É ainda o velho sistema, com outro nome e outras condições, que funciona até hoje.

Em 1936, quando me aproximei do Museu Nacional, não tive muita dificuldade em ser admitido como "praticante" gratuito. O qualificativo deixa bem claro que razões materiais não tinham peso. Em pouco tempo, isto é, em 1937, fui promovido a "Assistente" *voluntário* e, pela mesma razão, sem problemas para a instituição, que não remunerava os estagiários e nem havia, nessa época, bolsas de estudo.

A situação, em geral, não era boa. Em carta de 18/9/36 Herbert Baldus escreve a Heloisa Alberto Torres e indaga: "A Senhora acha que posso ter possibilidades no Rio?" No seu português ainda incipiente, esclarece: "estou formado em Antropologia geral e americanística"; menciona as expedições já realizadas, as publicações e diz que está informado que o Museu "está cheio de projetos". H. A. Torres responde negativamente.

O ano de 1937, todos sabem, ficou assinalado por uma série de acontecimentos importantes, não só do ponto de vista político, como para a vida intelectual do país.

Lembro que em 1937 era estagiário — como hoje se diria — do Museu Nacional e eram então familiares não apenas os nomes, mas as pessoas de Alfred Métraux e Paul Rivet, além de Claude Lévi-Strauss que, desde 1935, pelo menos, mantinha correspondência regular com Heloisa Alberto Torres (documentos do arquivo do D.A.).

Nessa época, a sensibilidade nacional era facilmente invocada pelos ativistas de direita que viam ameaças por toda parte. A palavra *socialismo* provocava graves suspeitas. Paul Rivet, ligado ao partido socialista francês e com certa projeção, tinha sido admitido como Membro Correspondente da Academia Brasileira de Ciências desde 1928. Em 1937, surgiram rumores a respeito de pronunciamentos seus sobre o Brasil. Esses rumores repercutiram na Academia que, em sessão de 27/4/37, "designa comissão, composta de A. Alber-

to, B. Paes Leme e Alípio Primio para o fim de apurar oficialmente a procedência da notícia de difamação contra o Brasil em que foi envolvido e sugerir medida sobre a gravidade do fato".

A comissão era composta de cientistas de alto nível, independentes e, decerto, nada apurou. Anos mais tarde, a Academia prestou homenagem póstuma ao grande americanista e amigo do Brasil.

O rumor, entretanto, produziria conseqüências. Claude Lévi-Strauss tinha o patrocínio ostensivo de Paul Rivet que, em carta a Heloisa Alberto Torres de 11 de abril de 1937, agradece a acolhida afetuosa que esta proporcionara ao seu "excelente amigo Lévi-Strauss" e fala do projeto da missão ao Brasil, "que juntos tinham estabelecido em Paris" (arquivo do D.A.).

Quando esse projeto amadureceu e foi formalizado o pedido de autorização, surgiram problemas. Nenhuma expedição estrangeira podia percorrer o Brasil sem autorização do *Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas,* criado desde 1933 (Decretos ns. 22.698, de 11 de maio, e 23.311, de 31 de outubro). Heloisa Alberto Torres, membro destacado do Conselho e amiga de ambos, enfrentou e venceu as resistências, ampliadas pelo fato de que o outro membro francês da expedição era, igualmente, vítima de rumores, com alegações de que havia recebido facilidades do governo paraguaio para lá realizar expedições de estudo e publicara relatório de viagem com informações desairosas sobre o país.

A presença de um membro brasileiro na expedição tornou-se indispensável. Fui o escolhido, mas remunerado pelo Departamento de Cultura da municipalidade de São Paulo, que teve em Mário de Andrade o patrocinador brasileiro da expedição.

O ano de 1937 foi também *o ano da desacumulação* — Fala-se comumente na "lei de desacumulação". Na verdade, foi a constituição outorgada de 1937 que estabeleceu de maneira sumária e peremptória: "Art. 159 — É vedada a acumulação de cargos públicos remunerados da União, dos Estados e dos Municípios". Este dispositivo constitucional foi disciplinado pelo Decreto-Lei n.º 24, de 29 de novembro do mesmo ano. Note-se que a acumulação, em geral, já era vedada pela Constituição de 1934 (Art. 172) que, no entanto, estabelecia uma exceção para os "cargos de magistério e técnico-científicos", que poderiam ser acumulados, desde que houvesse "compatibilidade de horários". Esta exceção é que foi abolida, talvez porque a elite administrativa dirigente a tivesse considerado discriminatória. Não podendo partilhar, generalizou-a.

Falta ainda uma avaliação imparcial e abrangente dos efeitos dessa legislação. A versão veiculada por Simon Schwartzman e colaboradores no livro *A Formação da Comunidade Científica no Brasil* é parcial e deformada. É fato notório que alguns grandes nomes do magistério superior e de instituições de pesquisa foram atingidos exatamente porque não dedicavam muito tempo ao ensino (o que era mais comum), nem à pesquisa, pois ocupavam, formalmente, vários lugares. A desacumulação promoveu, sem dúvida, abertura de espaço para os mais jovens, que antes só encontravam lugares ocupados.

Fui nomeado naturalista interino do Museu Nacional, exatamente, porque o ocupante de um lugar na antropologia (Padberg Drenkpol) optara pelo cargo na Faculdade Nacional de Filosofia, onde ensinava grego. Quando, em 1944, o Museu Nacional abriu concurso de provas e de títulos para preenchimento de doze vagas no seu quadro, quase todas tinham resultado da desacumulação. Entre o Museu Nacional que exigia oito horas diárias de trabalho e uma Faculdade que, para o catedrático, podia até não exigir nenhuma e, muito menos, exigia produção científica, a opção foi sempre pela Faculdade.

Através desse concurso, entraram seis especialistas para a zoologia, quatro para a geologia e paleontologia, um para a botânica e um para a antropologia. Dois zoólogos, um botânico e um geólogo-paleontologista eram recém-formados pela Universidade do Distrito Federal (U.D.F.) e em medicina. O papel dessa Universidade também não foi ainda avaliado corretamente. No mesmo livro de S. Schwartzman, encontra-se uma versão — a versão de uns poucos professores. Falta a versão dos alunos que passaram por ela e alguns deles se encontram ainda no Museu Nacional.

O campo intelectual brasileiro é bem mais complexo do que se poderia supor a partir de visões parciais, compostas de imagens isoladas que se insinuam pelo relevo atribuído em apologias. É, sobretudo, o desvendamento das relações que atores e autores do campo intelectual mantêm com as instâncias do poder, com as instituições do mundo acadêmico, com o mercado de trabalho e o editorial, que torna possível a apreensão dos significados mais profundos.

Convém lembrar que a década de trinta ficou marcada por várias iniciativas que refletiam claramente o interesse generalizado pela problemática do negro. A produção intelectual nesse campo recebia acolhida das editoras. Constituíra-se, sem dúvida, um público consumidor dessa produção.

Alcançou realce especial a coleção intitulada *Biblioteca de Divulgação Científica*, dirigida por Arthur Ramos e editada pela Civilização Brasileira do Rio de Janeiro.

O primeiro volume, lançado em 1934, é de autoria do próprio Arthur Ramos que, à guisa de explicitação do título *O Negro Brasileiro*, acrescenta: "Etnografia Religiosa e Psicanálise". Ao subscrever o prefácio, Arthur Ramos indica o lugar ao qual estava profissionalmente ligado na ocasião: "Seção de Ortofrenia e Higiene Mental, do Instituto de Pesquisas Educacionais", do Distrito Federal.

A categoria "etnografia religiosa" repete-se, aliás, nos subtítulos dos livros de Edson Carneiro *Religiões Negras* (vol. VII da Coleção, "Notas de Etnografia Religiosa") e *Negros Bantus* (vol. XIV da Coleção, "Notas de Etnografia Religiosa e de Folclore").

Arthur Ramos, no entanto, ao publicar, em 1937 na mesma coleção, o seu livro *As Culturas Negras do Novo Mundo* (vol. XII da Coleção usa um outro subtítulo: "Antropologia Cultural e Psicologia Social". Essa mudança de orientação o autor tornará explícita no Prefácio: Este livro, diz ele, é o terceiro da série de ensaios iniciados com o "O Negro Brasileiro" e "O Folclore Negro do Brasil". Abandono agora, por um momento, as pesquisas parciais sobre os cultos, religiões e folclore do Negro no Brasil, para lançar uma visão de conjunto sobre o Negro em toda a América: o Negro como representante de suas culturas. É este, portanto, um ensaio de psicologia social e antropologia cultural. Examino os padrões de culturas que os negros transportaram da África para o Novo Mundo e o destino que aqui tiveram. "Depois de estudar as *culturas negro-africanas*, à luz dos novos métodos da Antropologia Cultural..." (*op. cit.*, Prefácio, s/numeração das páginas). Melville J. Herskovits é referido, em seguida, como autor com o qual mantinha "valiosas e fecundas trocas de idéias".

Nessa coleção são publicados, de preferência, estudos sobre o negro, inclusive os trabalhos apresentados ao I Congresso Afro-Brasileiro de Recife (1934), volume 2.º (o vol. 1.º fora publicado no Rio, por Ariel Editora, em 1935, com prefácio de Roquette-Pinto), assim como os trabalhos apresentados ao II Congresso Afro-Brasileiro, realizado na Bahia em 1937 (vol. XX da Coleção).

Essa coleção, além disso, popularizou Nina Rodrigues. O volume II da série é justamente *O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos* e o volume XIX, *As Coletividades Anormais*. Note-se que a coleção *Brasiliana*, da Companhia Editora Nacional, de São Paulo, já havia publicado, desde 1932, como vo-

lume IX da série, o volume *Os Africanos no Brasil*, com prefácio de Homero Pires.

Uma outra coleção, intitulada "Biblioteca de Cultura Científica", da Editora Guanabara e dirigida pelo Prof. Afrânio Peixoto, já lançara, por sua vez, o volume *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Afrânio Peixoto escreveu um prefácio apologético, seguido de uma bibliografia de Nina Rodrigues. Os títulos da série são todos de medicina, inclusive de medicina legal — Afrânio Peixoto era professor e tratadista da matéria — e de criminologia. A Editora Guanabara tinha, também, vários títulos de psiquiatria e psicanálise, inclusive de autoria de Arthur Ramos. Este diria mais tarde (1937, in *Loucura e Crime*, p. 188) que, "Sem Afrânio Peixoto, a Escola médico-legal de Nina Rodrigues não estaria vivendo hoje uma triunfante vida nacional e atual". Havia, certamente, nessa época, uma competição entre editoras, empenhadas em lançar coleções de "Estudos Brasileiros".

Assim, a Livraria do Globo, de Porto Alegre, lançaria, em 1937, a "Biblioteca de Investigação e Cultura" organizada e dirigida pelo professor Josué de Castro e cuja finalidade era publicar "livros que dão conta de estudos, análises e pesquisas realizadas entre nós no campo da Biologia, da Antropologia, da Biotipologia, da Etnografia, da Geografia Humana, da Sociologia e da Filosofia da História, — livros que sejam documentos objetivos do Brasil natural e cultural estudados à luz dos conhecimentos modernos por pesquisadores, sociólogos e cientistas nacionais" (vide contracapa do vol. 1 da série).

O primeiro volume da coleção é de autoria de Arthur Ramos — *Loucura e Crime:* questões de psiquiatria, medicina forense e psicologia social. Porto Alegre, 1937. O nome do autor tinha como garantia da sua autoridade no assunto os seguintes títulos: "Professor de Psicologia Social da Universidade do Distrito Federal, Chefe do Serviço de Higiene Mental do Departamento de Educação do Rio de Janeiro (D.F.), Docente-Livre de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Bahia, antigo Médico-Legista do Instituto Nina Rodrigues (Bahia)". Não devemos esquecer que, exatamente em 1937, publicava Arthur Ramos na sua "Biblioteca de Divulgação Científica", da Civilização Brasileira, o seu livro sobre *As Culturas Negras do Novo Mundo*, no qual já estaria usando os "novos métodos da Antropologia Cultural". Outro fato deve ser lembrado — A "Biblioteca de Investigação e Cultura" (ed. *O Globo*, de Porto Alegre), dirigida pelo professor Josué de Castro, teve como primeiro lançamento um livro de Arthur Ramos, mas este

já lançara antes um livro de Josué de Castro, *Alimentação e Raça,* na sua "Biblioteca de Divulgação Científica".

Com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia, em abril de 1939, Arthur Ramos passa a ocupar um novo espaço. Nomeado professor interino da Cadeira de Antropologia e Etnografia, completaria em pouco tempo o seu afastamento dos temas anteriores, como: *Primitivo e Loucura,* 1926; *A Sordicie nos alienados — ensaio de uma psicopatologia da imundicie,* 1928; *Estudos de Psicanálise,* 1931; *Freud, Adler, Jung. . .,* 1933; *Psiquiatria e Psicanálise,* 1933; *Educação e Psicanálise,* 1934; *Introdução à Psicologia Social,* 1936; *Loucura e Crime,* 1937; *A mentira infantil,* 1938; *Saúde do Espírito* (Higiene Mental), 1939.

A organização da Faculdade Nacional de Filosofia, por Decreto-Lei (n.º 1.190, de 4 de abril de 1939), elaborado por assessores de Gustavo Capanema e, possivelmente, revisto por ele, não promove apenas a constituição de uma nova unidade do sistema de ensino superior da União, mas regulamenta, também, o seu funcionamento em todos os aspectos, além de criar, por este único ato, 45 cargos de professores catedráticos com a possibilidade de provimento interino, até que a instituição tivesse condições de promover os respectivos concursos para provimento efetivo. Foi grande a disputa por esses cargos e é claro que só os participantes da facção dominante do campo intelectual naquele momento tiveram acesso a eles.

Até hoje, permanecem obscuros os arranjos, as negociações e os entendimentos levados a efeito na intimidade do poder e que colocaram a organização da Faculdade Nacional de Filosofia em termos de *acordo* (cf. "Breve Histórico da Universidade do Brasil e da Faculdade Nacional de Filosofia", de Raul Bittencourt, in *Digesto,* 13-29, 1955), no qual figurava a extinção da Universidade do Distrito Federal. O fato é que os 45 cargos de professores catedráticos do Quadro do Ministério da Educação, de provimento imediato para assegurar o funcionamento da instituição recém-criada, exerciam forte atração e podiam ser usados pelo poder discricionário para compensações.

O Decreto-Lei que organiza a Faculdade Nacional de Filosofia estabelece, no Art. 59, que "os estabelecimentos que mantiverem quaisquer cursos definidos nesta lei com autorização ou reconhecimento do Governo Federal, deverão adaptar-se ao regime ora estabelecido, a partir do ano escolar de 1940" (*Digesto,* 196). Isto significa, evidentemente, que, a partir desta data, passou a existir um padrão único, *nacional,* para essas unidades de ensino. Na Seção de Ciências (Art. 5.º) estavam incluídos, entre outros, um Curso de Geografia e História e um

Curso de Ciências Sociais. No Curso de Geografia e História (Art. 14) figurava no elenco de matérias da primeira série a disciplina *Antropologia;* no da segunda série *Etnografia,* e no da terceira série *Etnografia do Brasil.*

É importante ressaltar que no elenco de matérias do Curso de Ciências Sociais, só na terceira série seria lecionada a disciplina *Antropologia e Etnografia* (Art. 15, p. 183 do *Digesto*), portanto, em uma única série, aquilo que seria ensinado nas três séries do Curso de Geografia e História.

Deve-se ter presente que *Antropologia e Etnografia* é o nome exato, *oficial*, da Cadeira criada em 1939, conforme se lê na relação que o Decreto-Lei apresenta.

No Curso de Ciências Sociais havia uma só Cadeira de Sociologia, lecionada nas três séries e uma só Cadeira de Política, matéria lecionada apenas na terceira série. As demais disciplinas que compunham o elenco completo do Curso eram as seguintes: "Complementos de matemática", "Economia Política", "História da Filosofia", "Estatística Geral", "Ética", "História das Doutrinas Econômicas" e "Estatística Aplicada".

O lugar da Antropologia no sistema de ensino superior, sob o controle rígido do Estado, estava, pois, determinado com precisão e o mesmo instrumento legal designava as suas subdivisões, assim como a seqüência a ser observada no seu ensino.

Os legisladores burocratas do Estado estavam convencidos, sem dúvida, de que era matéria indispensável na formação acadêmica em História e Geografia, mas apenas acessória na formação em Ciências Sociais, em cujo Curso só figurava numa forma condensada na terceira série. Evidentemente, os assessores de Gustavo Capanema que prepararam o Decreto-Lei que deu organização à Faculdade Nacional de Filosofia tinham uma percepção bastante peculiar da posição da Antropologia, em particular, e das Ciências Sociais, em geral. De qualquer maneira, é uma percepção bastante diferente da que fora assumida pelo grupo que organizou a U.D.F., na qual figurava uma cátedra de Antropologia Social, entregue a Gilberto Freyre. Algumas das suas preleções no curso iniciado em 1935 figuram no seu livro *Problemas Brasileiros de Antropologia,* publicado, pela primeira vez em 1943, em edição da "Casa do Estudante do Brasil", na "Coleção de Estudos Brasileiros". São textos importantes para uma avaliação comparativa das formas diferentes de percepção do significado da Antropologia como matéria de ensino universitário, na década de 30.

Como se vê, imposto por Decreto-Lei o nome da Cadeira — Antropologia e Etnografia —, foram impostas pelo mesmo instrumento legal as suas subdivisões, ou *disciplinas* (Antropo-

logia, Etnografia, Etnografia do Brasil), assim como a seqüência do ensino nas três séries do curso. Estabeleceu-se um padrão, não apenas para a Faculdade Nacional de Filosofia, mas também para todas as instituições congêneres que viessem a pleitear autorização para funcionamento e, em seguida, reconhecimento dos seus cursos. O ensino privado era absolutamente igual ao ensino oficial. Foi o caso da Faculdade Fluminense de Filosofia, na qual vivi toda a minha experiência de ensino de graduação, como professor de Antropologia.

Em pouco tempo, não apenas os nomes da Cadeira e das disciplinas estavam reproduzidos nas Faculdades de Filosofia de todo o país, mas os próprios programas "da Nacional", como era referida, o que fazia ressaltar o seu significado de *padrão.* Os mesmos nomes, os mesmos currículos. Heloisa Alberto Torres, na década de 50, tomou a iniciativa de fazer um inquérito sobre o ensino da Antropologia. Munida de um grande número de endereços de Faculdades de Filosofia, dirigiu-se a elas solicitando cópias dos programas de Antropologia. Obteve muitas respostas, mas a decepção foi grande — eram quase todos iguais, ponto por ponto.

Devemos lembrar que, praticamente, todas as Faculdades de Filosofia da rede de ensino privado mantinham, desde o momento da criação, cursos de Geografia e História, mas quase nunca Curso de Ciências Sociais. A razão é evidente. Essas faculdades funcionavam para produzir professores de ensino médio e uma faixa muito larga desse mercado de trabalho era reservada, exatamente, para professores de História e de Geografia. O diploma de bacharel nesses cursos não tinha nenhum valor prático; só o de licenciado tinha mercado aberto.

Outro fato importante deve ser levado em conta. Com o chamado *Estado Novo,* a Geografia alcançou uma posição de hegemonia no campo intelectual pois, além de desfrutar, nessa época, de indiscutível prestígio acadêmico, como forma privilegiada de conhecimento, foi utilizada como instrumento de dominação. Das instituições públicas de caráter técnico-científico do Estado Autoritário, nenhuma outra esteve tão intimamente ligada ao poder, nem dele obteve mais apoio que o Conselho Nacional de Geografia. Com uma organização poderosa e com recursos amplos, a sua atuação desdobrou-se por todas as unidades da federação, abrindo um novo e atraente mercado de trabalho.

Um bom exemplo da importância da Geografia nesse período e do seu amplo domínio foi a realização do IX Congresso Brasileiro de Geografia em setembro (7 a 16) de 1940, em Florianópolis. Os *Anais* deste certame foram publicados entre

1941 e 1944, em 5 volumes, o primeiro deles com toda a documentação oficial preparatória e a descrição das atividades desenvolvidas durante o evento. Os outros quatro publicam os trabalhos apresentados e os respectivos pareceres dos relatores. A organização previa a constituição de *Comissões Técnicas,* cada uma delas com um presidente, um 1.º secretário, um 2.º secretário e um número variável de relatores. A Quarta Comissão era de Geografia Humana e a presidência foi entregue ao Prof. Pierre Monbeig, da U.S.P. Como 1.º secretário foi escolhido o Prof. Raimundo Lopes, do Museu Nacional. Na relação de relatores figuram, entre outros, os professores Luiz de Castro Faria, Renato Silveira Mendes, Olívio Montenegro, Fernando Correia de Azevedo, Heitor Bracet, Alice P. Canabrava, Odilon Nogueira Matos. Alguns desses nomes eram, realmente, de profissionais da Geografia, mas outros já trabalhavam em outros domínios de conhecimento, com postos acadêmicos definidos. Na época, entretanto, a hegemonia da Geografia, além de representar um fator de aglutinação, oferecia oportunidades concretas de publicação de trabalhos de pesquisa, para os profissionais de domínios então liminares, com fronteiras mal definidas.

O volume III dos *Anais,* com 736 páginas, publica todos os trabalhos da 3.ª Comissão — Biogeografia (Geografia Botânica e Zoológica) — com sete trabalhos, que ocupam apenas 101 páginas, e os da 4.ª Comissão — Geografia Humana — com 27 trabalhos, que ocupam as 625 páginas seguintes. Entre esses trabalhos encontram-se alguns que hoje parecem fora do lugar, como: "Memória sobre as causas determinantes da diminuição das populações indígenas do Brasil", apresentada pelo Serviço de Proteção aos Índios, na época, entregue à direção do Coronel Vicente de Paula T. da Fonseca Vasconcelos; "A cerâmica da tribo do Uaboi dos rios Trombetas e Jamundá", de J. Barbosa de Faria; "Etnografia", do General Cândido Mariano Rondon; "O pescador no litoral do Estado de São Paulo", de Maria da Conceição Vicente de Carvalho; "A função das cidades e suas diferentes áreas culturais", de Lucila Herman.

Predominavam os estudos sobre cidades e a influência de Pierre Monbeig era evidente. A contribuição mais densa, aliás, era constituída por um conjunto de trabalhos reunidos sob o título de "Contribuições para o estudo dos centros urbanos brasileiros", formalmente apresentado pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P. Foi escolhido como relator desse conjunto de trabalhos, o que equivalia ao reconhecimento da sua autoridade, o meu

colega do Museu Nacional, Raimundo Lopes. De fato, naquele grupo de relatores, excetuado, naturalmente, o coordenador dos estudos em causa, nenhum outro tinha mais familiaridade com a Geografia Humana de orientação francesa da genealogia que vinha de Vidal de la Blache e de Jean Brunhes e que se incorporaria à tradição acadêmica brasileira com P. Deffontaine e P. Monbeig que Raimundo Lopes, já então autor de mérito reconhecido. O seu parecer (*op. cit.*, 547-549) foi aprovado por unanimidade, segundo nota de pé de página (*op. cit.*, p. 547) e evidencia, realmente, um domínio completo da temática em questão. No mesmo volume é publicado, pela primeira vez, o trabalho de Alberto Ribeiro Lamego, *O Homem e o Brejo,* com 215 páginas e numerosas ilustrações, o que mostra como os *Anais* de um Congresso de Geografia, na época, desfrutavam de generoso apoio financeiro do Estado. Os cinco volumes dos *Anais* perfazem mais de 3.000 páginas de texto e foram impressos, naturalmente, pelo Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Compreende-se, facilmente, o evidente consórcio da Geografia e Antropologia. A prática profissional do etnógrafo estava fortemente ancorada numa tradição que tomava *espaços* como lugares das manifestações concretas das variações raciais e culturais. A série *Comparative Ethnographical Studies,* de Erland Nordenskiold, cria e impõe um padrão de trabalho que tem como um dos elementos mais característicos a presença indefectível de mapas de distribuição de elementos culturais. As publicações inspiradas nesse padrão traziam, além da série de mapas de distribuição de traços culturais, uma série de quadros com colunas para o nome da tribo, o traço cultural em análise, com as variantes consideradas relevantes, o nome do autor usado como fonte e os sinais positivo e negativo para indicar presença ou ausência.

É curioso observar que os cartogramas da América do Sul utilizados no trabalho de A. Métraux sobre *La Civilisation Matérielle des Tribus Tupi-Guarani* são absolutamente semelhantes em todos os pormenores, inclusive escala, aos utilizados por Erland Nordenskiold nos seus estudos de etnografia comparada. Os quadros relativos aos traços culturais, para registro dos nomes tribais, autores, fonte, presença/ausência e número no mapa apresentam, da mesma forma, uma semelhança impressionante. Note-se que esse trabalho de A. Métraux foi impresso em Paris no ano de 1928 e os de Erland Nordenskiold em Gotemburgo, entre 1920 e 1922. As "tabelas" preparadas por Florestan Fernandes para a elaboração do estudo sobre a função da guerra na sociedade Tupinambá apresentam o mes-

mo ar de família, que as aproxima das "tábuas" de Nordenskiold e de Métraux. No Museu Nacional, tínhamos à disposição para uso pilhas de cartogramas da América do Sul muito semelhantes a cartogramas do Brasil. Raimundo Lopes usava-os com freqüência. O seu trabalho "Pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão", publicado em 1938 no volume n.º 2 da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (p. 151-186), segue o mesmo paradigma.

A antropologia cultural norte-americana, por sua vez, também privilegiava o espaço geográfico, embora tivesse seguido caminho um pouco diverso na sua forma de expressão. Clark Wissler, um dos autores recomendados (*The American Indian*, 1922) quando iniciei o meu estágio no Museu Nacional, tornara o conceito de área cultural um instrumento operativo sedutor, pois dava a ilusão de representar uma integração expressiva de dados temporais e espaciais que oferecia em poucas imagens densas, bem recortadas, num mapa único, tudo aquilo que aparecia fragmentado nos muitos mapas e tábuas numerosas de distribuição de traços, ou elementos culturais.

A. L. Kroeber com *Cultural and Natural Areas of Native North America*, publicado pela primeira vez em 1939, embora o manuscrito estivesse pronto desde 1931, conforme ele mesmo esclarece, ofereceu uma demonstração requintada da utilização desses critérios. Nada menos de 28 mapas, sete deles fora do texto, em bolsa anexada ao volume, ilustram o trabalho. Tratava-se, agora, de trabalho bem mais complexo, pois representava uma tentativa séria de articulação de todos os dados relativos ao *ambiente* — clima, vegetação, fisiografia. Kroeber faz referência aos predecessores que, na América do Norte, foram Otis Mason e C. Wissler, mas evoca F. Ratzel como fonte comum.

É importante lembrar que, entre nós, E. Roquette-Pinto foi considerado por críticos contemporâneos da sua produção como um *ratzelniano*, talvez porque um dos belos ensaios tivesse por título "O Brasil e a Antropogeografia" (in *Seixos Rolados*, Rio, 1927). O nome antropogeografia teve, realmente, um grande consumo — servia como uma espécie de fiança, para assegurar *a priori* a cientificidade dos discursos sobre a formação histórica e social do Brasil. Oliveira Viana sempre se valeu dele (cf. *Populações Meridionais do Brasil*, 3.ª ed., X).

Essa era, enfim, uma das muitas faces do *ambientalismo*, que chegava até nós importado diretamente das matrizes européias — Alemanha, Inglaterra e França — ou via Estados Unidos, com nova embalagem.

Lembro tudo isto porque considero indispensável pensar o lugar da antropologia no campo intelectual brasileiro, levando em conta as suas relações com outros domínios de saber, as suas práticas efetivas e não apenas suas "orientações teóricas", sobretudo quando pretensamente desvendadas *a posteriori*.

Não só a posição das disciplinas, mas o peso relativo de cada uma delas tinha conseqüências muito sérias. Como procuramos mostrar, foram os Cursos de Geografia e História que abriram espaço para o ensino de Antropologia. Mas não podemos esquecer que o Decreto-Lei de 1939 criara um curso único, Geografia e História, situação que perdurou até 1955, quando uma Lei (n.° 2.594, de 8 de setembro) determinou o desdobramento em dois cursos independentes, um Curso de História e um de Geografia. Esse desdobramento, entretanto, não impôs nenhuma alteração de currículo — estabelece, ao contrário, que o currículo mínimo de cada um desses cursos será constituído pelas disciplinas de Geografia e de História indicadas no Decreto-Lei de 1939. Isto significa que dezesseis anos depois da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, nada mudara ainda em termos de currículos e o lugar da Antropologia continuava o mesmo, pelo menos, formalmente. Na prática, com o passar do tempo e, sobretudo, depois da reforma universitária da década de 60, o desdobramento dos cursos levou a Geografia para uma integração crescente no grupo de geociências, enquanto a História passava a ocupar um espaço maior no grupo das ciências humanas.

A única tentativa de ampliar o espaço já ocupado pela Antropologia no currículo desses cursos foi totalmente ineficaz. Para surpresa geral, em setembro de 1954, surgiu uma Lei (n.° 2.311, de 3 de setembro) que criava uma Cadeira de *Etnografia Brasileira e Língua Tupi*, que passaria a integrar o currículo desses cursos. Ainda em 1956, a Diretoria de Ensino Superior do M.E.C. não tinha posição firmada sobre a maneira de fazer cumprir essa lei. Guardo cópia de um parecer que me foi solicitado, com a data de 5 de fevereiro. Nesse mesmo ano de 1956, Darcy Ribeiro foi admitido como professor-regente dessa disciplina na Faculdade Nacional de Filosofia. Nas demais Faculdades de Filosofia — eram mais de quarenta na época —, não houve provimento. Etnografia do Brasil já fazia parte do currículo e língua tupi ninguém sabia para ensinar. A Lei foi totalmente ignorada e em nada foi alterada a prática de ensino de Antropologia.

A versão oficial do programa da Cadeira de Antropologia e Etnografia da Faculdade Nacional de Filosofia pode ser encon-

trada no Diário Oficial de sexta-feira, 9 de dezembro de 1949 — trata-se do edital para o provimento do cargo de professor catedrático. O candidato poderá ser argüido sobre qualquer matéria aí incluída.

A *antropologia* da 1.ª série é entendida no sentido europeu, isto é, antropologia biológica. Na 2.ª série, o programa faz uso do nome *etnologia,* embora o nome da disciplina fosse *etnografia.* No programa da 3.ª série, encontra-se a mesma substituição, *etnologia do Brasil* e não etnografia do Brasil, expressão do Decreto-Lei. Até aí, mas só até aí, poderia avançar a liberdade do professor mudar etno*grafia* para etno*logia*. Chamar de "antropologia cultural", cujos novos métodos o professor dizia seguir, isto seria impossível.

A prática desse ensino, pelo menos em termos de programas, pouco variava. A disciplina de Antropologia impõe-se na tradição francesa que restringia o uso deste nome ao estudo da evolução do homem, da formação das raças e sua distribuição geográfica. Em algumas Faculdades, entretanto, as técnicas osteométricas e somatométricas constituíam, praticamente, toda a matéria do curso com total e inútil desperdício de tempo.

Para o estudo das variações raciais do brasileiro, ou *brasiliano,* como preferia Roquette-Pinto, dispunha o professor de literatura relativamente abundante do próprio Roquette-Pinto, de Fróes da Fonseca, de Bastos de Ávila; estes dois últimos, também autores de textos muito utilizados de técnicas antropométricas.

O estudo de evolução humana podia também ser feito sem dificuldade. Existiam bons textos em francês (M. Boule, o clássico, era referência obrigatória) nas lições sobre o homem fóssil, assim como Deniker para o estudo das raças e sua distribuição geográfica. Os alunos, como sempre, preferiam textos em espanhol e utilizavam, então, o livro de Verneau, da Coleção Labor e Julian Huxley e A. C. Haddon, da Editora Sudamericana, de Buenos Aires.

Os livros-textos de *Antropologia Geral* incluíam essa matéria. O de A. L. Kroeber, pelo fato de ter sido publicado em espanhol pela *Fondo de Cultura Económica* desde 1945, foi o de mais largo uso e, realmente, nada havia de melhor. Torna-se oportuno lembrar que um manual de Antropologia Geral chegou a ser considerado texto oficial para preparo de exames nas Forças Armadas dos Estados Unidos. Foi Franz Boas o editor de uma *General Anthropology,* com contribuições de Ruth Benedict, Ruth Bunzel, Julius E. Lips, Robert Lowie, James H. McGregor, N. C. Nelson e Gladys A. Reichard que se conver-

teu no *War Departament Education Manual* — EM 226. Traz uma nota equivalente ao *nihil obstat:* EM 226, *General Anthropology is published for the information of all concerned. By order of the Secretary of War,* G. C. Marshall. Possuo um exemplar, apesar da advertência de que a edição nessa forma não poderia ser colocada no mercado civil. Utilizei-o, eventualmente, mas não os alunos. Manuais desse gênero cobriam uma parte do programa da primeira série e eram indispensáveis na segunda série.

A incapacidade de leitura de textos em inglês era compensada, nessa época, por uma habilitação real para leitura de textos em francês por uma parte apreciável dos alunos e, sobretudo, das alunas. Isto fez com que a tradução para o francês do livro de Robert Lowie *Primitive Society,* com o título de *Traité de Sociologie Primitive* (Payot, 1935) pudesse ser utilizada. A Coleção Payot oferecia, aliás, vários outros títulos de interesse antropológico, inclusive Malinowski.

A constituição de uma pequena bibliografia para uso dos alunos não era tarefa fácil. O critério de escolha — *ser* em espanhol, de preferência, ou então em francês — impunha sérias limitações.

Em espanhol podiam ler *El Hombre y la Cultura,* de Ruth Benedict (Editorial Sudamericana, de Buenos Aires) e *Cuestiones Fundamentales de Antropologia Cultural* (Lautaro, Buenos Aires), tradução bastante livre de *The Mind of Primitive Man,* de Franz Boas.

A tradução para o português do livro de Ralph Linton — *O Homem: uma introdução à Antropologia* — incluído na Biblioteca de Ciências Sociais, dirigida por Donald Pierson, preencheu uma lacuna. Mas, é interessante ressaltar que os textos anteriores dessa coleção — *Estudos de Ecologia Humana* e *Estudos de Organização Social* — pouco serviam para o ensino nas Faculdades de Filosofia, que eram obrigadas a seguir, estritamente, o padrão oficial, bem diferente na sua estruturação.

Para os cursos de Geografia e de História faziam mais sentido trabalhos descritivos com muitos dados concretos e distribuição espacial. Um dos livros mais apreciados, por corresponder a essa expectativa, era o de George Montandon, *Traité d'Ethnologie Culturelle,* edição também da Payot. Na capa, os alunos já encontravam um apelo: "Com 438 ilustrações, 7 gráficos, 19 mapas no texto, 12 mapas e 32 pranchas fora do texto."

A *Etnografia do Brasil,* disciplina da 3.ª série dos cursos de Geografia e História, abria espaço para a apresentação dos chamados estudos *afro-brasileiros,* com abundante bibliografia

de autores brasileiros. Como todos sabem, grande parte da literatura sobre o negro era de autoria de Arthur Ramos, Catedrático de Antropologia *da Nacional* que também dirigia uma coleção que acolhia, de preferência, estudos do mesmo gênero. Foi essa uma área sem problemas de bibliografia para os estudantes.

A bibliografia para a área de etnografia indígena, ao alcance dos alunos era, no entanto, bem mais limitada e dispersa. Além disso, os trabalhos em português quando apresentavam uma visão mais ampla e integrativa, eram de natureza histórica. O primeiro trabalho que me fizeram ler quando iniciante foi o de Rodolfo Garcia, "Etnografia Indígena", inserto no volume I do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* (I, 249-277), comemorativo do Centenário da Independência (1922), volume que tem nada menos que 1888 páginas, em texto de duas colunas, de grande formato. Um volume que, de certo, não era portátil. É curioso que o capítulo X, consagrado à Etnografia, além do texto de Rodolfo Garcia, só inclui o de Oliveira Viana, intitulado "O tipo brasileiro — seus elementos formadores". Não se havia caracterizado ainda uma "etnografia do negro".

Os dois textos tornaram-se, na verdade, paradigmas. O de Rodolfo Garcia, apoiado numa bibliografia de 144 títulos que inclui todos os clássicos — Martius, von den Steinen, Ehrenreich, Koch-Grünberg, Krause, Nordenskiold, Rivet e outros —, representou, de fato, durante muitos anos, o que de melhor se podia consultar a respeito da produção de conhecimentos sobre os grupos indígenas do Brasil. Nele são vulgarizadas em vernáculo as classificações etnográficas, em bases lingüísticas, propostas pelos autores alemães. Do trabalho de Rodolfo Garcia valeram-se todos os autores de livros didáticos de História, destinados ao ensino médio. A versão condensada e simplória que compuseram repete-se até hoje, com todos os nomes dispostos na mesma ordem: "Martius, von den Steinen, Ehrenreich, Tupis-Guaranis, Gês, Caribas e Aruaques". O texto-fonte, de Rodolfo Garcia, no entanto, não é apenas histórico, mas também crítico. É uma *mise-au-point,* com julgamento judicioso de todas as contribuições importantes, comparações e acréscimos, no sentido de *atualização* da literatura.

Como chamei a atenção para o fato de que na percepção da época não havia ainda lugar para uma *etnografia do negro,* convém acentuar, também, o fato de que havia o reconhecimento de uma *etnografia do brasileiro.* A noção de *tipo étnico,* que passou a coexistir com a de *tipo social,* foi largamente utilizada e levou Roquette-Pinto a abrir espaço no Museu Nacional para

uma *etnografia sertaneja* (cf. Castro Faria, "A contribuição de Roquette-Pinto para a Antropologia Brasileira", M. N., *Publicações Avulsas,* n.° 25, 1959, p. 11). Essa etnografia, entretanto, não foi matéria de ensino. Manteve-se no Museu Nacional com um nome novo, *etnografia regional,* como exposição, práticas de colecionamento e, mais recentemente, como área de pesquisas, com a valoração social do artesanato.

Não há dúvida de que a *Introdução à Antropologia Brasileira,* de Arthur Ramos, cujo primeiro volume apareceu em primeira edição em 1943, enquanto o segundo só viria a lume quatro anos depois, correspondia integralmente ao objetivo de oferecer um quadro completo do conhecimento já produzido e consagrado sobre todos os aspectos da formação biológica e cultural do *brasileiro.* O nome de *introdução* mascara o fato de que se trata, na realidade, de um *tratado,* composto pelo inventário de quase tudo que se poderia considerar então como conhecimento assentado. A primeira parte do 1.° volume, como todos sabem, é dedicada às "Culturas Indígenas", com capítulos sobre "Estudos de conjunto sobre o Índio", "Os Tupi-Guarani: distribuição lingüística", "Os Tupi-Guarani: cultura material", "Os Tupi-Guarani: cultura não material", "Os Gê", "Os Aruak", "Os Caribe", "Os Borôro", "Os Nambiquara", "Os Carajás e outros grupos". A segunda parte, totalmente consagrada às *Culturas Negras,* com capítulos sobre "O Negro na África e no Novo Mundo", "A cultura Yoruba", "O grupo Nagô: a cultura Yoruba no Brasil", "A cultura Daomeiana e o grupo gêge no Brasil", "A cultura Fanti-Ashanti: os Negros Mina", "Os Negros Maometanos: o grupo Malê", "As culturas Bantu", "As culturas Bantu no Brasil".

A partir daí, a disciplina "Etnografia brasileira", matéria obrigatória de todos os cursos de Geografia e História, teve o seu *compêndio,* com todas as marcas da consagração. Além do mais, a posição acadêmica do autor legitimava a obra, no caso produzida, exatamente, para servir ao ensino, pois fora produzida *da cátedra.* Os longos textos sobre "cultura material" e "cultura não material", relativos a cada sociedade descrita, oferecem arrolamentos completos de *traços* e *complexos,* tudo que a literatura descritiva acumulada, até então, podia fornecer. Esse compêndio tornou-se o veículo, por excelência, do *culturalismo* da antropologia norte-americana.

A parte relativa às *culturas negras* apresenta as mesmas características, mas a qualidade do material esteve, realmente, submetida a critérios seletivos mais exigentes. Arthur Ramos foi um especialista nesse campo e tinha um domínio se-

guro de tudo que se produzia sobre o negro. O mesmo não acontecia com relação aos estudos de etnologia indígena.

As *cátedras,* entretanto, criavam a ilusão de um saber enciclopédico; no caso, um professor que dominasse com igual profundidade e segurança todos os conhecimentos de Antropologia Física, Etnologia Geral e Etnologia do Brasil. Usei agora *etnologia* e não *etnografia* porque o próprio Arthur Ramos, nos seus programas, fizera a substituição e esse era o seu entendimento da matéria. Foi também o nome que deu à instituição que fundara para ampliar o espaço da sua cátedra: *Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia,* com sede na Faculdade Nacional de Filosofia.

Consagrado como especialista em estudos afro-brasileiros, Arthur Ramos julgou-se, de certo, obrigado a provar que *também* era um especialista em etnologia indígena. A sua tese de concurso "à Cátedra de Antropologia e Etnografia da Faculdade Nacional de Filosofia" foi sobre "A Organização dual entre os índios brasileiros" (Rio, 1945). No prefácio é anunciada uma mudança de orientação: "Este ensaio é uma tentativa de aplicação do critério funcionalista a um aspecto da cultura. Na confusão das controvérsias metodológicas em Etnologia, o método funcionalista parece ter vindo trazer uma luz nova, ampliando os horizontes da interpretação cultural." Parece-me fundamental a leitura desse prefácio de duas páginas para que se possa ter uma idéia da confusão então reinante em termos de metodologias. A falta de intimidade com a literatura etnológica indígena — intimidade no sentido de trabalhar com ela profissionalmente — fez com que o autor escrevesse o seguinte: "Nos jogos e esportes e, especialmente nas corridas de cães, muito apreciadas pelos *Apinajé,......*" Um erro tipográfico, a troca de uma letra, no texto em inglês e aí estava um novo traço cultural...

O segundo volume da "Introdução à Antropologia Brasileira", aparecido em 1947, representou uma novidade na época. Dedicado ao estudo de *As Culturas européias e os contatos raciais e culturais,* constituiu um esforço notável no sentido de acumulação de dados dispersos. Os capítulos da primeira parte, entretanto, apenas compendiam informações sobre as origens de cada grupo, migrações, presença no Brasil, estatísticas, localizações, com descrições de todos os aspectos raciais, sociais e culturais, compilados de vasta e heterogênea bibliografia. Já a segunda oferece uma parte original, dedicada à crítica de trabalhos sobre a mestiçagem no Brasil. Os capítulos sobre "A aculturação indígena", "A aculturação negra" e "Assimilação e aculturação dos grupos europeus" deram re-

forço à abordagem culturalista, da qual se tornara um usuário prolixo. A sua influência foi grande e generalizada, uma vez que as Faculdades de Filosofia se multiplicavam numa proporção impressionante; em todas elas funcionavam cursos de Geografia e de História e os professores improvisados só encontravam, sobretudo no interior, como texto básico, essa *Introdução à Antropologia Brasileira,* na verdade, um *compêndio* para os alunos, um *tratado* para os neófitos.

Tal quadro mostra que, na realidade, o ensino de Antropologia nas Faculdades de Filosofia não oferecia condições para a formação de antropólogos. Durante muitos anos, a Antropologia foi matéria accessória em cursos de Geografia e História. Nos cursos de Ciências Sociais, que seguiam o padrão "da Nacional", não era nem mesmo accessória — ensinada de forma condensada em apenas um ano, o último do curso, era supérflua.

Com a reforma do ensino superior, já na década de 60, criaram-se, sem dúvida, novas e amplas possibilidades. Abriu-se, sobretudo, espaço largo para a aceitação de diferenças e novas opções tornaram-se possíveis, em termos de programas e de bibliografias. O compêndio já caíra em desuso. As condições estruturais do ensino não foram, entretanto, substancialmente alteradas. Podia-se melhorar o ensino de Antropologia, mas não formar antropólogos, em nível de graduação. A situação perdura até hoje. Daí, as primeiras tentativas de prepará-los fora da universidade.

A primeira iniciativa desse tipo parece ter sido a de Darcy Ribeiro, primeiro no Museu do Índio (1955/56), onde organizou e dirigiu um *Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural,* sob os auspícios e com apoio financeiro da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e, depois, no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1957/58), onde organizou e dirigiu o *Curso de Treinamento de Pesquisadores Sociais.* Não foram, certamente, cursos propriamente universitários, uma vez que ficavam à margem e não no interior do sistema, mas criaram possibilidades antes inexistentes.

Em termos de iniciativa universitária, foi o *Instituto de Ciências Sociais* da Universidade do Brasil, a instituição que representou um papel importante no sentido de alterar a sistemática da própria universidade (Resolução n.º 13/58, do Conselho Universitário).

A idéia partiu de um professor da área de Direito (Temístocles Brandão Cavalcanti), membro do Conselho Universitário e este órgão, de composição extremamente variada, acolheu a

proposta. Ajudei a sua tramitação. O projeto era, sem dúvida, inovador pois, pela primeira vez, criava-se uma instituição inter-escolar, a ser dirigida por "um Conselho de sete membros, constituído por dois representantes da Faculdade Nacional de Direito, dois da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, dois da Faculdade Nacional de Filosofia e um do Museu Nacional (v. *Instituto de Ciências Sociais,* Univ. do Brasil, Rio, 1960, folheto).

Na época, a simples aceitação do fato de que a Faculdade de Direito, a de Filosofia, a de Ciências Econômicas e ainda mais o Museu Nacional tinham alguns interesses em comum, tão próximos que se justificaria a sua conjugação num órgão específico, mostrou que a universidade já apresentava os primeiros sinais de capacidade de auto-reforma.

As finalidades do Instituto, indicadas no Regulamento, foram claramente expressas: a) aprimorar o ensino básico das disciplinas fundamentais das ciências sociais na Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade Nacional de Direito, Faculdade Nacional de Filosofia e em outros órgãos da Universidade do Brasil; b) ministrar cursos de especialização e de pós-graduação em todos os campos das ciências sociais, tendo em vista: I — formar pesquisadores altamente qualificados; II — aperfeiçoar a formação de professores de ciências sociais; III — atualizar os conhecimentos de profissionais e especialistas em ciências sociais: IV — formar pessoal técnico-auxiliar para pesquisas; c) promover, estimular e coordenar a realização de estudos e pesquisas sociais . . . nos vários domínios das ciências sociais de disciplinas afins . . .

É preciso lembrar também que, nessa época, a palavra *instituto* tinha um valor quase mágico. A Universidade do Brasil aceitara sem resistência a criação do Instituto de Ciências Sociais, mas não dispunha de recursos para a sua instalação, que exigia sede independente, pois era um órgão novo, inter-escolar e interdisciplinar, que exigia, além do mais, infra-estrutura própria. A instalação só se tornou possível porque a Meta 30 do projeto de desenvolvimento do Presidente Juscelino Kubitschek — Meta da Educação (v. *Programa de Metas,* t. I, 103; t. III, 380, 381, Rio, 1958) — abriu uma possibilidade que, circunstâncias especiais de ligações com o poder, permitiram explorar.

A definição básica da Meta 30 dizia: "No nível superior é dada uma grande ênfase ao reerguimento das escolas de engenharia, cuja freqüência deverá se elevar de 3.000 alunos em 1958 para 7.500 alunos em 1961. Além disso prevê-se a instalação de 14 novos institutos de especialização de pessoal téc-

nico e de pesquisa, além de auxílios a instituições científicas existentes (*op. cit.*, I, 103).

O recém-criado Instituto de Ciências Sociais fora de iniciativa inteiramente independente e, portanto, não poderia figurar na lista de institutos a serem criados, segundo proposta do Presidente da COSUPI, que geria os vultosos recursos consignados no orçamento da União para a Meta 30, no ensino superior; mas, a interveniência, em momento oportuno, do catedrático de Política da Faculdade Nacional de Filosofia, Vitor Nunes Leal, tornou possível obter uma parcela modestíssima desses recursos.

O Presidente da COSUPI, um engenheiro tecnocrata da época, tinha um projeto salvacionista para o ensino superior brasileiro e a instituição chave seria o *instituto*. Por meio da criação de institutos, as universidades seriam redimidas. É que elas tinham sido transformadas em bode expiatório, acusadas de não fornecer em número e qualidade técnicos suficientes para atender "às solicitações de um processo acelerado de desenvolvimento" (*op. cit.*, I, 103). "Até 1960 foram criados 28 novos institutos, inclusive o I.C.S.", afirma o *Mensário Informativo* 2, do Instituto. O Instituto de Ciências Sociais, no início, pelo menos, veiculava essa ideologia desenvolvimentista — basta apreciar o N.º 2 e o N.º 3 do seu *Mensário Informativo.* No N.º 3, por exemplo, dizia Diégues Júnior: "As universidades brasileiras têm estrutura inadequada, arcaica, rígida, incapaz de acompanhar o desenvolvimento. Daí o recurso à idéia dos institutos" (p. 1).

É importante ressaltar que o I.C.S. criou, sem dúvida, condições antes inexistentes, para que dentro da própria universidade tivesse início um processo, ao mesmo tempo, de enriquecimento do currículo escolar e um ponto de partida para a pós-graduação.

Com apoio institucional, Roberto Cardoso de Oliveira instaura, pela primeira vez entre nós, uma prática acadêmica que se pode considerar, verdadeiramente, de *formação* de antropólogos. O *Curso de Especialização em Antropologia Cultural*, em nível de pós-graduação, representou um novo momento, nesse campo de ensino. *Formação*, no sentido de preparar-se alguém para o exercício profissional, dependia, até então, muito mais de uma capacidade individual de auto-formação, do que de oferta institucional de orientação e de apoio.

Um novo momento tem começo em 1968, quando Roberto Cardoso cria o *Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, (PPGAS) do Museu Nacional. Institucionalizada a pós-graduação, segundo as exigências legais consubstanciadas nas

resoluções do Conselho Federal de Educação e dos órgãos próprios da Universidade, muda-se um pouco o quadro. A ação individual que, no início, foi preponderante, cede lugar a uma ação de colegiado, com uma coordenação que inclui representação dos alunos.

Esse primeiro padrão de institucionalização da pós-graduação, com cursos, inicialmente, de mestrado e, depois de alguns anos de experiência, de doutorado, foi sendo basicamente reproduzido em outras universidades, cada qual, entretanto procurando assumir características próprias.

As três iniciativas — uma delas, a primeira, fora do quadro institucional universitário, de duração efêmera; a segunda, dentro do quadro universitário, mas numa instituição tradicional de pesquisa e na base de ação individual; a terceira, apoiada em ação comum de um grupo de professores e decisões tomadas por colegiado — não representam *continuidade.* São momentos realmente diferentes, são criações novas. Uma não é desenvolvimento ou ampliação da outra. Cada uma delas substitui a outra, não a prolonga.

Depois de mais de trinta anos de atividade, deixei o ensino de graduação na Universidade Federal Fluminense e jamais considerei que o ensino ali ministrado pudesse *formar* alguém em Antropologia. As condições hoje são bem diversas, mas continuo a considerar que a inadequação do sistema é palpável — poucas são as possibilidades de proporcionar uma formação básica em antropologia.

Essa inadequação fica bem evidenciada pelo fato de que nos concursos de seleção para o PPGAS, ao nível de mestrado, a oportunidade de ingresso, na prática, não está vinculada à graduação nos cursos que oferecem espaço para o ensino de antropologia — História, Ciências Sociais, Sociologia e Política. Cada ano, um número apreciável de graduados em Economia, Filosofia, Psicologia, Direito, Medicina, ou Engenharia ingressa no curso e, portanto, obtém classificação melhor que os outros concorrentes, diplomados naqueles cursos. Na maioria das Faculdades de Filosofia — ou Institutos equivalentes — centenas delas pelo país afora, "ensina-se" ainda uma antropologia que o melhor curso de pós-graduação terá sempre uma grande dificuldade em des-ensinar. Mas não há o caso apenas das que ensinam pouco e transmitem conhecimentos fora da época. Há também o caso inverso, das que procuram transmitir o mais recente, em superdoses.

Cabe aqui um paralelo — quando se pensou em avaliar o papel dos professores de ensino médio diplomados pelas Faculdades de Filosofia e que teriam a missão de salvar esse

ensino, em mãos de *leigos*, houve quem sustentasse que os professores que tiveram um desempenho exemplar como alunos da Faculdade, tornaram-se maus professores desse ensino médio, justamente porque queriam transmitir aos seus estudantes tudo quanto haviam aprendido e submetendo-os às mesmas exigências. As matérias de mais difícil apreensão eram as preferidas e o que lhes fora pedido era cobrado em dobro. Coisa semelhante está acontecendo em alguns lugares — professores de antropologia com grau de Mestre — e portanto revestidos da missão de salvar o ensino superior dessa disciplina — tentam reproduzir no ensino de graduação as mesmas práticas a que estiveram submetidos nos seus cursos de pós-graduação. Impõem as mesmas exigências de leitura, com farta indicação de monografias e de artigos dispersos e de difícil alcance longe de uma biblioteca especializada, e assim por diante. Nada de aulas expositivas — só seminários, discussões de textos... E, nesses casos, está quase sempre incluída a própria tese de mestrado e a dos colegas.

O presente da antropologia brasileira, os mais jovens conhecem e sabem como se distingue pelo alto nível da produção acadêmica. Não há dúvida de que a pós-graduação redime a graduação.

Alguns fragmentos de anotações incompletas de antigo militante talvez sirvam para esclarecer incertezas que surgem, quando aflora de maneira quase inevitável a questão — como foi que ...